

<b>EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 171</b>		(22)
ORIGEM	: ADPF - 62388 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
PROCED.	: MARANHÃO	
RELATORA	: MIN. ROSA WEBER	
EMBTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO	
EMBDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO	
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS - FISENGE	
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO (82439/)	
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANA - SENGE/PR	
ADV.(A/S)	: MELINA AGUIAR ROSA (PR045147/)	
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS - FNE	
ADV.(A/S)	: JONAS DA COSTA MATOS (60605/SP)	
AM. CURIAE.	: SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	
ADV.(A/S)	: KATARINA ANDRADE AMARAL MOTTA (24029MG/MG)	
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS & FENAMEV	
ADV.(A/S)	: MIRIVALDO AQUINO DE CAMPOS (0006580/SC)	
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS - FNA	
ADV.(A/S)	: FILIPE DIFFINI SANTA MARIA (58605/RS)	
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS	
ADV.(A/S)	: AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA (40152/SP)	
AM. CURIAE.	: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO DISTRITO FEDERAL & CREA/DF	
ADV.(A/S)	: GEOVANNA BEATRIZ CASTRO SILVA RIBEIRO (31932/DF)	
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA & SEAGRO	
ADV.(A/S)	: ALINE PACHECO (24076/SC)	
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ARQUITETURA E DE ENGENHARIA CONSULTIVA & SENAENCO	
ADV.(A/S)	: BENEDICTO PEREIRA PORTO NETO (88465/SP)	
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE ENGENHEIROS FERROVIÁRIOS - FAEF	
ADV.(A/S)	: VICTOR MARCEL PINHEIRO (55563/DF)	
ADV.(A/S)	: JOAO TRINDADE CAVALCANTE FILHO (57572/DF)	

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e os acolheu parcialmente, apenas para prestar esclarecimentos, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 24.6.2022 a 1.7.2022.

<b>EMB.DECL. NO REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 848</b>		(23)
ORIGEM	: 848 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL	
RELATORA	: MIN. ROSA WEBER	
EMBTE.(S)	: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL - CPI DA PANDEMIA	
ADV.(A/S)	: HUGO SOUTO KALIL (29179/DF)	
ADV.(A/S)	: GABRIELLE TATITH PEREIRA (30252/DF)	
ADV.(A/S)	: FERNANDO CESAR DE SOUZA CUNHA (40645/BA, 31546/DF)	
ADV.(A/S)	: THOMAZ HENRIQUE GOMMA DE AZEVEDO (18121/DF)	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA	
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE TOCANTINS	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS	
EMBDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE	
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE	

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, assentou o prejuízo da arguição de descumprimento de preceito fundamental e, consequentemente, julgou-a extinta, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 24.6.2022 a 1.7.2022.

Secretaria Judiciária  
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS  
Secretária

Atos do Congresso Nacional	
ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 54, DE 2022	
O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a <b>Medida Provisória nº 1.117, de 16 de maio de 2022</b> , publicada no Diário Oficial da União no dia 17, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.	
Congresso Nacional, em 8 de julho de 2022	
Senador RODRIGO PACHECO	
Presidente da Mesa do Congresso Nacional	
ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 55, DE 2022	
O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a <b>Medida Provisória nº 1.118, de 17 de maio de 2022</b> , publicada no Diário Oficial da União no dia 18, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, que define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que as operações se iniciem no exterior", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.	
Congresso Nacional, em 8 de julho de 2022	
Senador RODRIGO PACHECO	
Presidente da Mesa do Congresso Nacional	
Atos do Senado Federal	
Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte	
R E S O L U Ç Ã O Nº 15, DE 2022	
Estabelece, nos termos do art. 155, § 6º, incisos I e II, da Constituição Federal, alíquota mínima de 0% (zero por cento) para o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos de 2 (duas) rodas de até 170 (cento e setenta) cilindradas.	
O Senado Federal resolve:	
Art. 1º A alíquota mínima do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), previsto no art. 155, inciso III, da Constituição Federal, definida nos termos do § 6º, incisos I e II, do mesmo artigo, será de 0% (zero por cento) para veículos de 2 (duas) rodas de até 170 (cento e setenta) cilindradas.	
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício financeiro subsequente.	
Senado Federal, em 8 de julho de 2022	
Senador RODRIGO PACHECO	
Presidente do Senado Federal	
Atos do Poder Executivo	
DECRETO Nº 11.126, DE 8 DE JULHO DE 2022	
Altera o Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.	
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,	
D E C R E T A :	
Art. 1º O Anexo II ao Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo a este Decreto.	
Art. 2º Fica revogado o inciso XX do <b>caput</b> do art. 11 do Anexo I ao Decreto nº 11.098, de 2022.	
Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 12 de julho de 2022.	
Brasília, 8 de julho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.	
JAIR MESSIAS BOLSONARO	
Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes	

